



ENTREVISTA João Barros, director do Programa Carnegie Mellon|Portugal



DIREITOS RESERVADOS

João Barros considera que o nosso país tem condições para desenvolver vantagens comparativas face a outros países em áreas focadas das TIC

“Portugal está a ganhar cultura de inovação”

PARCERIA DE UNIVERSIDADE NORTE-AMERICANA DE TOPO COM MEIO ACADÉMICO E EMPRESARIAL PORTUGUÊS ESTÁ A CRIAR NOVAS SOLUÇÕES NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Bruno Amorim

A parceria arrancou há três anos e tem fomentado a partilha de conhecimento, na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC), entre a Universidade de Carnegie Mellon, nos EUA, e universidades e empresas portuguesas. O programa de doutoramentos e mestrados profissionais e os vários projectos de investigação em curso começam a dar frutos. João Barros, director do Programa Carnegie Mellon|Portugal, fala ao “jn negócios” da importância das TIC no modelo económico que se seguir à actual crise e das áreas em que Portugal deve apostar.

Os alunos do programa são descritos como “agentes de mudança”. Que mudanças são essas que se procuram?

A meta é colocar Portugal no pelotão da frente da inovação em áreas das TIC onde o nosso país pode desenvolver vantagens comparativas. Tem de ha-

ver um esforço concertado de grupos de investigação e empresas para transformar a cultura de inovação existente nas nossas instituições. Temos focos de excelência nas TIC que podem ser potenciados ao confrontar práticas locais com o que se faz numa universidade que trabalha com a Google, a Microsoft ou a Intel.

As empresas lusas têm mostrado interesse na iniciativa?

Desde PME a grandes operadores de telecomunicações. Começámos com três empresas (Nokia Siemens, Novabase e PT) e hoje estão 39 firmas ligadas ao programa. A colaboração é feita através de financiamento directo, na formação avançada dos seus quadros ou com a participação activa em projectos de investigação.

Quantas pessoas já passaram pelo programa?

Foram 168 pessoas. Nos programas de mestrado e doutoramento, os alunos ficam com

grau dual da universidade portuguesa e da Carnegie Mellon. São esses os nossos agentes de mudança. É imprescindível que, ao regressarem ao trabalho, sejam actores de um processo de mudança.

É fácil inculcar uma cultura de mudança nas empresas?

Depende das empresas. A nossa experiência tem sido extremamente positiva. As empresas das TIC já percebem a importância da investigação e desenvolvimento, para se poder internacionalizar.

A crise económica veio condicionar a estratégia que estava delineada para o projecto?

Curiosamente, a crise económica não afectou o número de empresas aderentes, mas tivemos de nos adaptar. Não só mudou a liderança, no início do ano, como iniciámos um processo de consulta junto de empresas e da comunidade científica, no sentido de melhorar a estratégia da parceria.

A que conclusões chegaram?

Quisemos saber qual o papel das TIC no futuro modelo económico que sairá após a crise. Muitos problemas da sociedade requerem soluções que vão implicar um uso intensivo das TIC. Temos projectos em curso, alguns em consórcios europeus, que visam resolver esses problemas específicos. Será importante criar interfaces que permitam às pessoas, mesmo com baixo nível de instrução, idade avançada ou deficiência, uma fácil utilização.

Que áreas de aposta são prioritárias para o nosso país?

O processo de consulta identificou, por um lado, as redes de

nova geração (fibra óptica e ligações sem fios), assim como a engenharia de software, que hoje está em todo o lado, desde aeroportos a sistemas informáticos da banca. E há ainda os sistemas ciberfísicos, baseados em sensores que medem o ambiente, trocam informação e actuam de acordo com a mesma, criando ambientes inteligentes que, por exemplo, podem fazer a gestão automática de um edifício, actuando para regular o ar condicionado. Em Portugal, existem grupos de investigação fortes nestas áreas e empresas capazes de transferir os resultados para o mercado. Podemos levar essas áreas para um patamar de excelência.

Portugal pode ser uma referência no mercado das TIC?

Nestas áreas focadas anteriormente, penso que sim. Se dentro dos interesses dos investigadores e das empresas pudermos encontrar problemas de investigação comuns, é aí que

●●●
**Sociedade
requer soluções
que vão implicar
uso intensivo
das TIC**



devemos apostar para poder dar um salto qualitativo para a economia do país. E como o contrato do programa tem cinco anos de duração, cria um sentido de urgência para o diálogo e concretização de uma série de iniciativas.

O programa acaba por ser uma mais-valia para as empresas...

Coloca à sua disposição quase três centenas de cérebros que poderão trabalhar em investigações que podem acrescentar valor e inovação à sua actividade. É um grande atractivo a um custo relativamente baixo, porque se as empresas tivessem de contratar estas pessoas, seria um investimento incomportável para a maioria delas. Isto também é uma forma de enfrentar a crise.

A mesma crise económica a que não resistiram algumas empresas tecnológicas...

Penso que as crises funcionam como um filtro ou processo de selecção natural. Muitas empresas tecnológicas sofreram porque estavam atrás da concorrência em inovação. O panorama nacional é bastante positivo. As nossas empresas têm sobrevivido e são competitivas a nível internacional. Isso revela as vantagens comparativas que Portugal tem face a outros países nas TIC.

O nosso país poderá ter perfil exportador na área das TIC?

Já tem. E são várias as firmas a fazê-lo, como a Ydreams, a Novabase, a Alert ou a NDrive. Esta última está a contribuir com 200 mil euros para um dos nossos projectos de investigação, com o intuito de desenvolver a próxima geração de sistemas de navegação GPS, com os veículos a terem possibilidade de comunicar entre si e trocarem informação, indicando ao condutor as melhores rotas e formas de poupar combustível. Com a visibilidade internacional do programa, estamos ainda a abrir mercado para as empresas nacionais e a atrair alunos estrangeiros para as nossas universidades e projectos.

Não aborrou as energias renováveis. Qual a sua opinião em relação ao potencial do sector?

Não tenho dúvidas de que Portugal tem feito investimentos inteligentes nessa área. E também não duvido de que se trata de uma área que requer conhecimentos das TIC. Porém, o nosso enfoque está virado para o ponto forte do nosso parceiro.

Acho que a massa crítica continua a fugir do nosso país?

Penso que não. Há seguramente investigadores que vão para o estrangeiro, mas os portugueses, se encontrarem condições para desenvolver o seu trabalho, estão dispostos a abdicar de grandes salários para poderem viver junto da família e recriar no nosso país as experiências que tiveram lá fora. Além disso, o argumento da periferia de Portugal já deixou de colher há muito tempo. Hoje

podemos comunicar para todo o Mundo. Isso faz parte do quotidiano de todas as nossas universidades e empresas.

A parceria com a Universidade de Carnegie Mellon termina em 2011. Será possível renová-la?

Estou focado em garantir a sustentabilidade da parceria, independentemente de haver renovação de contrato ou não. Há um conjunto de actividades bem sucedidas que importa consolidar. A Universidade da Madeira criou o Instituto de Tecnologias Interactivas que já atrai financiamento externo na ordem dos três milhões de euros. Estamos a criar, em conjunto com a PT, a rede CyLab Portugal, ligada a um dos maiores institutos de investigação em segurança das comunicações nos EUA. Por outro lado, a Universidade de Coimbra, com base no mestrado para executivos em Engenharia de Software, está a caminhar para a criação de um centro de excelência nessa área. O programa surge como um catalisador e vai deixar um legado.

O programa poderá ter continuidade apenas com financiamento privado?

O futuro deste legado não depende de um contrato exactamente nos mesmos moldes. Imagino que possa continuar a haver financiamento para esta parceria, porventura em mol-

●●●
Sinergias entre investigadores e empresas permitem dar salto qualitativo

des diferentes, e estamos a trabalhar para isso. Temos actualmente vários afiliados industriais que colaboram com a parceria. E o seu investimento ocorre através de financiamento directo, recursos humanos ou equipamento. É uma solução possível no futuro.

A recente avaliação externa da parceria teve resultados positivos. Foi um incentivo?

Fiquei muito contente. Foi uma avaliação realizada por um painel de quatro investigadores reputadíssimos a nível internacional, que já tinham avaliado o programa nos anos anteriores. É importante ver se estamos a ter o impacto e retorno esperados. Os avaliadores reconheceram grandes progressos, e disseram mesmo que o programa está hoje num ponto de evolução que não teriam adivinhado há um ano.

Quando será possível medir o retorno económico que a parceria trouxe para o país?

Demorará entre cinco e 10 anos. Alguns resultados já estamos a ver e estou convencido de que dentro de 10 anos vamos sentir o impacto gerado por estes agentes de mudança que estamos a colocar nas universidades e nas empresas.